

PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A. CNPJ/RF nº 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação. Convocamos os acionistas da Paludo Participações S.A., para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 9h do dia 22 de março de 2023, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: Deliberar sobre: (a) análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Vipar Participações Ltda. ("Vipar"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius, nº 1395, Sala 903, 9º Andar, bairro Anchieta, CEP 90200-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.779.422/0001-19; (b) ratificação da nomeação dos Peritos para a avaliação do patrimônio líquido da Vipar; (c) aprovação do Laudo de Avaliação da Vipar, previamente apresentado pelos Peritos avaliadores; (d) aprovação da incorporação da Vipar pela Companhia, com a consequente extinção da incorporada; e, (e) autorização aos Diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação e formalização das propostas aprovadas. Porto Alegre, RS, 13 de março de 2023. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CTA – CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A.

CNPJ 00.095.840/0001-85 NIRE 43300033830

CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

Por meio desta, convocamos os Acionistas da CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A, CNPJ No. 00.095.840/0001-85, NIRE 43300033830, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da empresa, situada na cidade de Venâncio Aires, estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 453, km 2,2, 3411, bairro Industrial, a fim de deliberarem sobre os assuntos abaixo relacionados:

- eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício-fiscal de 2023;
- revisão e deliberação sobre as demonstrações financeiras auditadas de 2022, publicadas em 24/02/2023 no Jornal do Comércio;
- deliberação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos relativos ao exercício-social de 2022;
- revisão e deliberação acerca da remuneração executiva de 2023 e do bônus de 2022;
- indicação de empresa de auditoria independente para o exercício-social de 2023; e
- outros negócios e assuntos relacionados.

Venâncio Aires, 14 de março de 2023.
Derek Dumont Vaughan
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

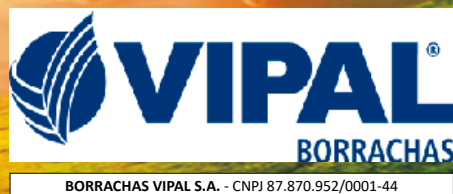
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



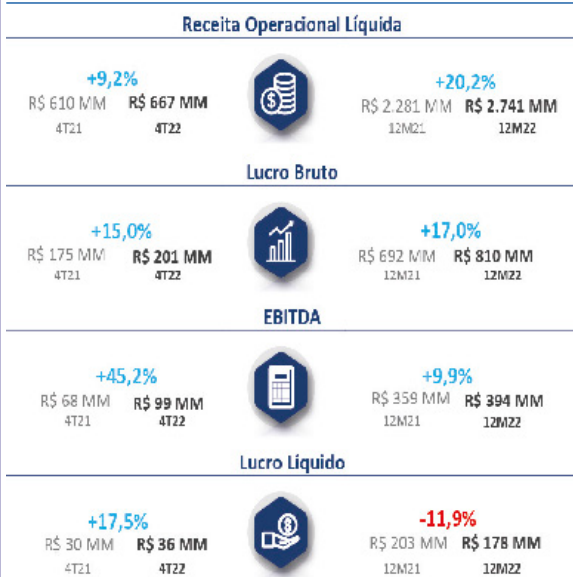
*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



RELEASE DE RESULTADOS 2022

Nova Prata (RS), 09 de março 2023 – A Borrachas Vipal S.A. (“Vipal” ou “Companhia”) divulga os seus resultados consolidados do quarto trimestre do ano de 2022 (4T22). Os saldos de 2022 estão comparados com o mesmo período de 2021 (4T21) e com o período de terceiro trimestre de 2022 (3T22). Certas informações financeiras aqui apresentadas foram derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e apresentadas em reais (R\$).

1. PRINCIPAIS DESTAQUES



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caminhos Estratégicos e Iniciativas-Chave

O ano de 2022, assim como os últimos anos, foi marcado por um ambiente de incertezas e de grandes desafios, especialmente com relação às cadeias de suprimentos, logística e gestão de volumes de produção. A Borrachas Vipal S.A. (“Companhia”), com sua expertise e know-how de mercado, manteve o seu olhar atento às demandas e necessidades de seus clientes, superando as adversidades apresentadas no período, assegurando o seu equilíbrio financeiro e operacional.

Desse modo, a Companhia permanece com sua incessante busca por melhorias, automação de processos produtivos e conquista de novos mercados em todos os segmentos onde atua, por meio de parcerias que fortaleçam e promovam novas relações com clientes e fornecedores. Seu propósito engloba o desenvolvimento de novas tecnologias e de novos produtos, mantendo firme sua atuação no mercado com o foco constante em pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia ampliou seu portfólio de produtos, disponibilizando soluções para as mais diversas aplicações e necessidades dos seus clientes e consumidores finais. Os seus produtos e serviços contribuem de forma determinante para a geração de economia aos consumidores e ainda favorecem a economia circular. Este conceito está inserido em seu DNA, associado ao desenvolvimento econômico que preza pelo melhor uso de recursos naturais. Afinal, seja em produtos, máquinas ou serviços, é uma Vipal inteira dando suporte e levando soluções completas para seus clientes, para que juntos se tornem cada vez mais líderes.

Mercado e Desempenho

A piora do cenário econômico mundial, resultou na desaceleração econômica e dificuldades no suprimento de importantes matérias primas, bem como aumento nos preços. Tais aspectos são oriundos da inflação persistentemente elevada, início de ciclos de apertos monetários, além do prolongamento da guerra na Ucrânia e interrupções de atividades na China em razão da Covid-19.

No mercado interno, o País apresentou indicadores econômicos que sinalizam uma recuperação da atividade econômica, tais como: a redução gradual no índice de desemprego e início de um período desinflacionário. Entretanto, o ambiente de negócios foi influenciado pela continuidade do ciclo de alta na taxa juros (“SELIC”), sustentada pelo alto nível de inflação no País, e pela instabilidade política diante da troca de governo. Apesar desse cenário, a Companhia apresentou um crescimento de 21% na sua receita líquida, reflexo das ações de expansão da rede autorizada, ampliação do portfólio de produtos para os clientes de multimarcas, lançamento de novos produtos para atender às necessidades de mercado, elevação da capacidade produtiva de pneus de moto e reajustes de preço para recompor os custos de matérias-primas.

No mercado externo, as condições econômicas não foram diferentes do mercado local, acrescidas das particularidades de cada um dos mais de 90 países de atuação. Ainda assim, a Companhia apresentou um crescimento na sua receita líquida de mais de 18% em comparação com o ano anterior, resultado das ações de expansão no mercado internacional através da conquista de novos clientes, além do incremento de volume.

Por fim, a Companhia apresentou uma receita líquida consolidada de R\$ 2.741 milhões, representando 20,15% superior ao ano anterior. Um EBITDA¹ de R\$ 394 milhões em 2022, correspondente a 10% superior ao ano anterior e a um lucro líquido consolidado de R\$ 178 milhões, – sendo 11,9% inferior ao ano anterior, impactado pela despesa de variação cambial e aumento dos juros financeiros no período.

¹ O EBITDA sigla em inglês que significa os resultados antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Desafios e Expectativas para 2023

O cenário macroeconômico para 2023 continua repleto de incertezas. No mercado global os Bancos Centrais, dos maiores países e blocos econômicos mundiais, vem adotando uma política monetária contracionista, com elevação das taxas juros com o intuito de controlar a pressão inflacionária. A China ensaia uma retomada de crescimento econômico, mas muito aquém do período pré-pandêmico. Desta forma, devemos conviver com uma economia mundial experimentando baixos níveis de crescimento, pressão inflacionária e taxas de juros elevadas. No cenário nacional, além dos reflexos oriundos do exterior, estamos diante de um cenário de incertezas nas diretrizes políticas, pressão para aumento da carga tributária, taxas de juros elevadas, ou seja, uma conjuntura que deve inibir os investimentos e a retomada de um crescimento mais consistente.

Apesar das adversidades esperadas, a Companhia continuará firme na sua trajetória de crescimento, através da ampliação da capacidade produtiva, perseguindo maior produtividade, ampliação do portfólio de produtos, com atuação constante em pesquisa e desenvolvimento, conquistas de novos mercados e qualificação contínua do seu capital humano. Perseguiremos a continuidade de uma trajetória de resiliência em resultados operacionais e consistência em crescimento, que são uma das principais características históricas desta Companhia.

O desafio presente é o de seguir no desenvolvimento de soluções, alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, as quais estejam condizentes cada vez mais com as necessidades dos clientes, buscando otimizar continuamente o atual modelo de negócio, consolidando a presença no mercado local e expandindo no mercado global.

Mensagem Final e Agradecimentos

Os produtos da Companhia são imprescindíveis para o segmento de transportes, a geração de empregos, a arrecadação de tributos e especialmente para que as pessoas tenham fácil acesso aos seus produtos de consumo, e é isto o que nos move para a contínua inovação da nossa cadeia, proporcionando a entrega de produtos com maior qualidade.

Neste ano, a Companhia completará 50 anos de uma história sólida, gerando valor para seus clientes, funcionários, parceiros e sociedade. Será mantido fielmente o foco no “core business”, perseguindo a expansão dos negócios. Com esforço, compromisso e dedicação os obstáculos serão superados e transformados em conquistas.

Em nome da administração da Companhia, manifestamos nosso agradecimento aos colaboradores, a todos os clientes e aos milhões de motoristas que rodam com nossos produtos.

Muito obrigado,
A ADMINISTRAÇÃO.

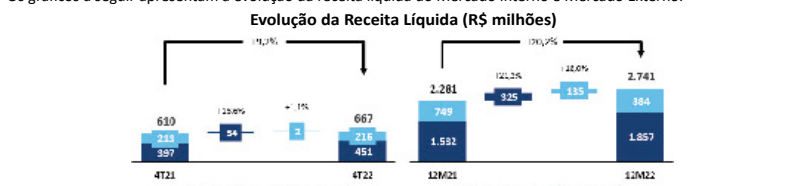
2. DESTAQUES FINANCEIROS - PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Lucro Bruto	201.362	175.070	15,0%	218.262	-7,7%	809.660	691.919	17,0%
Margem Bruta	30,2%	28,7%	1,5 p.p.	29,3%	0,9 p.p.	29,5%	30,3%	-0,8 p.p.
EBITDA	98.990	68.179	45,2%	110.611	-10,5%	394.066	358.579	9,9%
Margem EBITDA	14,8%	11,2%	3,7 p.p.	14,8%	0,0 p.p.	14,4%	15,7%	-1,3 p.p.
Lucro Líquido	35.750	30.420	17,5%	42.807	-16,5%	178.472	202.651	-11,9%
Margem Líquida	5,4%	5,0%	0,4 p.p.	5,7%	-0,4 p.p.	6,5%	8,9%	-2,4 p.p.

3. RECEITA LÍQUIDA - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO) - As receitas operacionais líquidas da Companhia totalizaram R\$ 666.707 mil no 4T22, e R\$ 2.740.710 mil no 12M22, representando um aumento de 9,2% e 20,2% quando comparado ao 4T21 e 12M21, respectivamente. As receitas operacionais líquidas da Companhia estão assim detalhadas:

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Bruta de Vendas	853.811	754.499	13,2%	951.954	-10,3%	3.473.186	2.892.520	20,1%
Impostos sobre vendas	(22.758)	1.709	-1431,7%	(18.366)	23,9%	(55.465)	(44.761)	23,9%
Impostos sobre a venda	(164.346)	(145.908)	12,6%	(188.000)	-12,6%	(677.011)	(566.773)	19,5%
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%

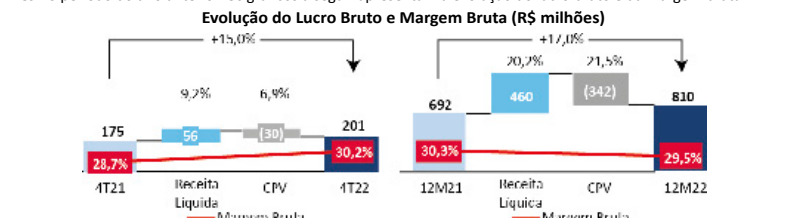
O aumento das receitas no 4T22, quando comparado ao 4T21, foi devido a um aumento no preço médio dos produtos da Companhia, apesar de ter sido impactado pela redução de volumes vendidos. O aumento no preço médio no 4T22 foi de 31,3%, ante os preços negociados no mesmo período do ano anterior. Entretanto o impacto dos volumes totais vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de -17,4%. A redução das receitas no 4T22, quando comparado ao 3T22, foi devido a uma redução no volume de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento no preço médio dos produtos da Companhia. A redução nos volumes totais vendidos no 4T22 foi de 22,7%, ante os volumes negociados no 3T22. Entretanto o aumento nos preços vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no 3T22 foi de 12,1%. O aumento das receitas no 12M22, quando comparado ao 12M21, foi devido a um aumento no preço médio dos produtos da Companhia, combinado com expansão de volumes vendidos. O aumento nos volumes totais vendidos no 12M22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de 3,9%. O aumento no preço médio no 12M22 foi de 18,0%, ante os preços negociados no mesmo período do ano anterior. Os gráficos a seguir apresentam a evolução da receita líquida do Mercado Interno e Mercado Externo.



4. LUCRO BRUTO - Os custos dos produtos vendidos da Companhia totalizaram R\$ 465.345 mil e R\$ 1.931.050 mil, no 4T22 e 12M22 respectivamente, representando um aumento de 6,9%, e 21,5% quando comparado ao 4T21 e 12M21.

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(465.345)	(435.230)	6,9%	(527.326)	-11,8%	(1.931.050)	(1.589.067)	21,5%
Lucro Bruto	201.362	175.070	15,0%	218.262	-7,7%	809.660	691.919	17,0%
Margem Bruta	30,2%	28,7%	1,5 p.p.	29,3%	0,9 p.p.	29,5%	30,3%	-0,8 p.p.

O custo dos produtos vendidos representa 69,8% da nossa receita líquida no 4T22, ante 71,3% no 4T21. No 12M22 a representatividade foi de 70,5%, e 69,7% no 12M21. O aumento verificado nos custos dos produtos vendidos no 4T22 está atrelado a um aumento do custo médio de aquisição de matéria prima em 30,3%, compensado parcialmente pela redução dos volumes vendidos na ordem de 17,4% em relação ao 4T21. A redução no custo dos produtos vendidos no 4T22, quando comparado ao 3T22, foi devido a principalmente uma redução de volumes vendidos, compensada parcialmente pelo aumento do custo dos produtos. A redução dos volumes totais vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no 3T22 foi de 22,7%. Entretanto o aumento no custo médio no 4T22 foi de 12,1%, ante os custos no 3T22. O aumento dos custos no 12M22, quando comparado ao 12M21, foi devido a um aumento no custo médio, combinado com expansão de volumes vendidos. O aumento nos volumes totais vendidos no 12M22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de 3,9%. O aumento no custo médio no 12M22 foi de 19,6%, ante os custos no mesmo período do ano anterior. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do lucro bruto e da margem bruta.



5. DESPESAS OPERACIONAIS

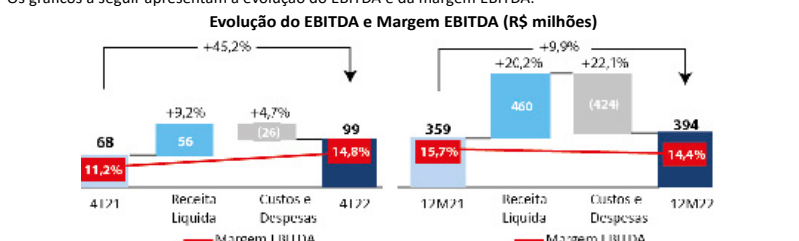
(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Despesas Comerciais	(60.050)	(64.869)	-7,4%	(76.518)	-21,5%	(276.124)	(203.368)	35,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(55.748)	(51.244)	8,8%	(52.300)	6,6%	(207.529)	(183.399)	13,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.171)	(2.342)	-50,0%	7.763	-115,1%	15.002	3.993	275,7%
Total	(116.969)	(118.455)	-1,3%	(121.055)	-3,4%	(468.651)	(382.774)	22,4%

As despesas comerciais no 4T22 apresentaram uma redução em relação ao 4T21 de -7,4% e em relação ao 3T22 de -21,5%. Entretanto, apresentaram um aumento de 35,8% no 12M22 em relação ao 12M21. A elevação dos gastos comerciais no ano de 2022 decorreu de diversos fatores, em especial pelos reajustes de preços de fretes. As despesas gerais e administrativas, por sua vez, apresentaram no 4T22 um aumento de 8,8% em relação ao 4T21 e em comparação ao 3T22 um aumento de 6,6%. No período de 12M22 o aumento foi de 13,2% em relação ao 12M21. O aumento das despesas administrativas no ano de 2022 deve-se, principalmente pelo aumento de despesas com pessoal por conta de dissídio coletivo e aumento de despesas com tecnologia da informação, relativo a manutenções e suporte a sistemas. As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da Companhia no 4T22 apresentaram uma despesa líquida de R\$ 1.171 mil, comparado com uma despesa líquida de R\$ 2.342 mil no 4T21, representando uma variação de R\$ 1.171 mil. No período de 12M22 o aumento de outras receitas operacionais líquidas foi de R\$ 11.009 mil em relação ao 12M21. Essa variação ocorreu principalmente por um ganho de aproximadamente R\$ 47 milhões do DIFAL (consolidado e controladora), compensado pelo reconhecimento de R\$ 28 milhões referente à adesão ao parcelamento de ICMS.

6. EBITDA²

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Líquida Total	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Lucro Líquido	35.750	30.420	17,5%	42.807	-16,5%	178.472	202.651	-11,9%
Margem Líquida	5,4%	5,0%	0,4 p.p.	5,7%	-0,4 p.p.	6,5%	8,9%	-2,4 p.p.
(+) Receitas e Despesas financeiras	25.969	30.091	-13,7%	53.161	-51,2%	137.335	110.466	24,3%
(+) Depreciações e Amortizações	14.597	11.564	26,2%	13.404	8,9%	53.057	48.744	8,8%
(+) IR e Contrib. Social (corrente e diferido)	22.674	(3.896)	-682,0%	1.239	1730,0%	25.202	(3.282)	-867,9%
EBITDA	98.990	68.179	45,2%	110.611	-10,5%	394.066	358.579	9,9%
Margem EBITDA	14,8%	11,2%	3,7 p.p.	14,8%	0,0 p.p.	14,4%	15,7%	-1,3 p.p.

O EBITDA gerado no 4T22 e 12M22 foi de R\$ 98.990 mil e R\$ 394.066 mil, respectivamente ante R\$ 68.179 mil no 4T21, um aumento de 45,2%, e R\$ 358.579 mil no 12M21, apresentando um aumento de 9,9%. A margem EBITDA do 4T22 foi de 14,8%, ante 11,2% do 4T21. O aumento da margem EBITDA no 4T22 quando comparado ao ano anterior é resultado de um aumento na receita líquida somado a uma redução verificada nos custos e despesas operacionais. A margem EBITDA do 12M22 foi de 14,4%, ante 15,7% do 12M21. A redução da margem EBITDA no 12M22 quando comparado ao ano anterior é resultado de um aumento nos custos, impactado principalmente pela pressão inflacionária na matéria prima, e nas despesas proporcionais maior que o crescimento verificado na receita líquida. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do EBITDA e da margem EBITDA.

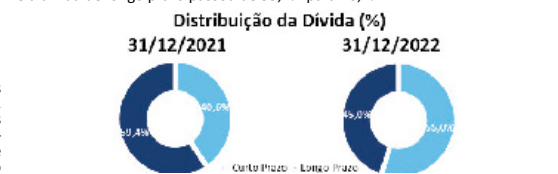


² O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

7. ENDIVIDAMENTO - A Dívida Bruta da Companhia em 31/12/2022 foi de R\$ 1.255.852 mil, uma variação de 6,7% em relação a 31/12/2021. O saldo de Caixa e Aplicações somou, em 31/12/2022, R\$ 221.169 mil, apresentando uma redução de R\$ 27.725 mil em comparação com 31/12/2021.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/22	31/12/21	Δ (%)
Dívida Líquida	1.034.683	928.062	11,5%
(+) Dívida Bruta	1.255.852	1.176.956	6,7%
(-) Caixa e Aplicações	(221.169)	(248.894)	-11,1%
EBITDA (12 meses)	394.066	358.579	9,9%
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	2,63x	2,59x	3,8 p.p.

O indicador medido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA (12 meses) registrou 2,63x em 31/12/2022 e 2,59x em 31/12/2021. O crescimento da alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA), deve-se principalmente à necessidade de aumentar o capital de giro da Companhia. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição da dívida. A evolução de 31/12/2021 para 31/12/2022 da dívida de curto prazo foi de 40,6% para 53,3%, e a dívida de longo prazo passou de 59,4% para 46,7%.



8. POSIÇÃO DO CAIXA: A Companhia busca manter uma posição de caixa robusta como parte de nossa estratégia de gestão de capital.



O fluxo de caixa da Companhia no período de 12M22 apresentou consumo de R\$ 30.993 mil. As atividades operacionais geraram um caixa de R\$ 89.365 mil. Em contrapartida as atividades de investimento consumiram R\$ 62.958 mil da geração de caixa do período, substancialmente por aplicações em projetos de expansão e otimização das nossas unidades industriais. Os recursos aplicados as atividades de financiamento estão substancialmente associados ao pagamento de dívidas bancárias, em linha com nossos cronogramas de pagamento.

Aviões legais

Algumas das afirmações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis no data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação, assim, totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. O presente relatório de desempenho pode incluir dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros proforma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO

(em R\$ mil, exceto %)	31.12.2022	AV (%)	31.12.2021	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	215.857	9,7%	246.850	11,1%	-12,6%
Aplicações financeiras	2.276	0,1%	0	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	429.814	19,2%	407.333	18,3%	5,5%
Ativo de contrato	6.951	0,3%	3.902	0,2%	78,1%
Contas a receber de partes relacionadas	2.315	0,1%	3.384	0,2%	-31,6%
Estoques	681.123	30,5%	535.084	24,0%	27,3%
Impostos a recuperar	91.179	4,1%	85.824	3,9%	6,2%
Despesas antecipadas	11.220	0,5%	10.486	0,5%	7,0%
Outras ativos circulantes	65.212	2,9%	86.759	3,9%	-24,8%
Total do ativo circulante	1.505.947	67,4%	1.379.622	62,0%	9,2%
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	3.036	0,1%	2.044	0,1%	48,5%
Contas a receber de clientes	61.202	2,7%	37.417	1,7%	63,6%
Ativo de contrato	5.257	0,2%	2.824	0,1%	86,2%
Contas a rec. partes relacionadas	0	0,0%	31.901	1,4%	-100,0%
Impostos a recuperar	9.297	0,4%	6.547	0,3%	42,0%
Impostos diferidos	44	0,0%	843	0,0%	-94,8%
Créditos com partes relacionadas	0	0,0%	137.811	6,2%	-100,0%
Outros créditos	41.552	1,9%	33.404	1,5%	24,4%
Investimentos	2.364	0,1%	2.738	0,1%	-13,7%
Propriedades para investimento	9.440	0,4%	9.440	0,4%	0,0%
Imobilizado	533.182	23,9%	515.043	23,1%	3,5%
Intangível	33.336	1,5%	35.792	1,6%	-6,9%
Ativo de direito de uso	29.843	1,3%	30.892	1,4%	-3,4%
Total do ativo não circulante	728.553	<			

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS. Table with columns for (em R\$ mil, exceto %), 4T22, AV (%), 4T21, AV (%), (%), 4T22/4T21, 3T22, AV (%), (%), 4T22/3T22, (em R\$ mil, exceto %), 12M22, AV (%), 12M21, AV (%), (%), 12M22/12M21. Rows include Receita Operacional Líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro Bruto, Despesas com vendas, Despesas administrativas e gerais, Resultado de equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas), líquidas, Lucro antes do resultado financeiro e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Lucro Líquido antes IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro Líquido do período.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais). Table with columns for Ativo, Nota, Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Passivo, Nota, Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total do passivo circulante, Total do passivo, Total do patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais). Table with columns for Receita operacional, Nota, Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Custo dos produtos vendidos, Lucro Bruto, Despesas com vendas, Despesas administrativas e gerais, Resultado de equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas), líquidas, Lucro antes do resultado financeiro e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Lucro Líquido antes IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro Líquido do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais). Table with columns for Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes a serem classificados p/resultado em exercícios subsequentes, Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filial no exterior, Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controlada no exterior, Variação cambial de filiais e controladas no exterior, Total dos outros resultados abrangentes, Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos, Atribuível a: Acionistas controladores, Acionistas não controladores.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais). Table with columns for Saldos em 31 de dezembro de 2020, Lucro líquido do exercício, Dividendos obrigatórios, Reserva especial, Distribuição de dividendos de exercícios anteriores, Redução de capital, Realização da depreciação do custo atribuído, líquida de tributos, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Lucro líquido do exercício, Dividendos obrigatórios, Reserva legal, Reserva especial, Distribuição de dividendos de exercícios anteriores, Aumento de capital, Ações em tesouraria, Realização da depreciação do custo atribuído, líquida de tributos, Outros resultados abrangentes, Saldos em 31 de dezembro de 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A., a qual detém 99,99% do seu capital social. A Companhia sediada na Rua Buarque de Macedo, 365, na cidade de Nova Prata/RS, desempenha as seguintes atividades de acordo com o seu objeto social: (i) industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, matérias-primas, borracha e pneumáticos, seus artefatos, maquinários e equipamentos em geral para os ramos automotivo, esportivo e industrial; adesivos, colas e produtos de limpeza em geral; (ii) comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral; (iii) prestação de serviços no seu ramo de atividade; (iv) transporte de produtos perigosos; e, (v) administração de negócios e participação em outras sociedades. Em 21 de outubro de 2022 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido da Borrachas Vipal S.A. como companhia de capital aberto (categoria "A"). 1.1. Impactos do Covid-19: A Administração da Companhia e de suas controladas, permanecem monitorando os possíveis impactos do COVID-19 nos seus negócios, bem como, segue mantendo e orientando sobre as medidas de proteção de combate à pandemia, visando garantir a segurança de colaboradores. No ano de 2022 e até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não vislumbra riscos significativos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. 1.2. Transações societárias relevantes nos exercícios de 2022 e 2021: Em 30 de junho de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a redução de capital da Companhia e a restituição do valor à sua controladora Paludo Participações S.A., no montante de R\$ 14.248. O capital reduzido foi quitado pela Companhia ao seu controlador mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneus do Brasil S.A., até então detidas pela Companhia. Dessa forma esta empresa passou a não ser mais investida da Companhia a partir dessa data. Em 19 de junho de 2022, a Companhia recomprou 98.520 ações de sua própria emissão. As ações foram canceladas sem alteração do valor do capital social (vide Nota 19.b). 2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (impairment). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e prevêlas periodicamente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2023. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Percentual de participação 31/12/2022, 31/12/2021. Table with columns for Empresas no Brasil, País, Moeda Funcional, Direta, Indireta, Direta, Indireta. Rows include Borrachas Vipal Nordeste S.A., Vipal Indústria de Máquinas Ltda., Vipaltec Pesq.Desenv.Tec. Ltda., Empresas no exterior, Marangoni Tread North America Inc., Vipal Participadas Espana S.L., Karlevi S.A., Vipal Rubber Corporation, Vipal Chile S.A., Vipal SPA, Vipal Colômbia S.A., Vipal S.A., Cauchos Vi-pal, S.A de C.V., Vipal Europe GmbH, Vipal Europe, S.L., Vipal Europe, S.L. - D.o.o., Vipal Europe Limited, Vipal Italia Società a Responsabilità Limitata.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre elas, são eliminados por completo. 2.3. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: As receitas da Companhia e suas controladas são auferidas com a venda de produtos de borracha para vulcanizações de pneus, bem como produtos correlatos para reforma e reparos de

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais). Table with columns for Fluxos de caixa das atividades operacionais, Lucro antes dos impostos, Ajustes por: Depreciação e amortização, Ganho c/venda de propriedade para investimento, Realização ajuste valor presente - CPC 06 (R2) (IFRS 16), Efeito de hiperinflação - CPC 42 (IAS 29), Resultado nas baixas do imobilizado, Resultado de equivalência patrimonial, Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, Provisão para estoques obsoletos, Realização do lucro na integralização do capital, Provisão para litígios, Reversão para avais em terceiros, Juros e var. cambial sobre emprést. e financiamentos, Juros e descontos intercompany, Variação cambial amortização mais valia de ativos, Variações nos ativos e passivos, Contas a receber, Estoques, Impostos a recuperar, Outras contas a receber, Dividendos recebidos, Fornecedores, Obrigações fiscais e sociais, Outras contas a pagar, Imposto de renda e contribuição social pagos, Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas (utilizados nas) atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Em aplicações financeiras, Em propriedade para investimentos, Em investimentos em controladas/coligadas, Recebimento na venda de ativos, Em imobilizado, No intangível, Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, Empréstimos e financiamentos - captações, Empréstimos e financiamentos - pagamentos, Juros de empréstimos pagos, Créditos com partes relacionadas, Débitos com partes relacionadas, Pagamentos de arrendamentos, Pagamentos de dividendos, Caixa liq. ger. pelas (aplicado nas) ativ. de financiamentos, Aumento (redução) líquido em caixa e equiv. de caixa, Variação no caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais). Table with columns for Receitas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Outras receitas, Provisão p/perdas esperadas c/cred. de clientes, Insumos adquiridos de terceiros, Custos dos prod., das merc. e serv. vendidos, Materiais, energia, serv. de terceiros e outros, Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado liq. produzido pela entidade, Valor adicionado recebido em transferência, Resultado da equivalência patrimonial, Receitas financeiras, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Pessoal e encargos, Remuneração direta, Benefícios, FGTS, Impostos, taxas e contribuições, Federais, Estaduais, Municipais, Remuneração de capitais de terceiros, Juros, Aluguis, Outras, Remuneração de capitais próprios, Dividendos, Lucros retidos, Participação de acionistas não controladores.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.5. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias-primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos - Valorizados ao custo de aquisição. Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.6. Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28, para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) / IAS 28 determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nos lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. 2.7. Imobilizado: Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda por desvalorização dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Continua >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis: Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora e "Intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificados para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: Os outros ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros e são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por desvalorização, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. 2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa, no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda por desvalorização do ágio é feito anualmente ao final do exercício. 2.10. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. 2.11. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Alíquotas

Table with 3 columns: ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, IPI - Imposto s/Produtos Industrializados, COFINS - Contrib. p/Seguridade Social, PIS - Programa de Integração Social, IVA - Imposto s/Valor Adicionado (Exterior). Rows show percentages for Controladora and Consolidado.

Controleador Consolidado
7% a 18% 7% a 18%
0% a 18% 0% a 18%
7,60% a 9,50% 7,60% a 9,50%
1,65% a 2% 1,65% a 2%
0,5% a 22%
As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do ágio ou de um ativo intangível em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o custo do imposto diferido ativo venha sendo utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. 2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas); Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. 2.13. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfetidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício

se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. 2.14. Arrendamento mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e alugueis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e da frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. (10,5% a.a. em 2021) para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. (4,1% a.a. em 2021) para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. 2.15. Informação por segmento: A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 25. 2.16. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. 2.17. Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento. 2.18. Demonstração do valor adicionado: Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). 2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse exercício. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a aplicação da referida norma em suas demonstrações financeiras e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual forneceu guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação dessa normativa. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos Originais de uma Simples Transação: Em maio de 2021, foram divulgadas alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desse que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação dessa normativa. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. 3.1. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: 3.1.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por desvalorização existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e incluem atividades de reorganização com que a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorara a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. 3.1.2. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. 3.1.3. Provisões para litígios: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3.1.4. Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento: A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. 3.1.5. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisariam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. 3.1.6. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber de clientes: A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular as perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de créditos esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 6. 3.1.7. Tributos diferidos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. 3.1.8. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contrapartida contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. 3.1.9. Definição de vida útil de ativo imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. 3.1.10. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios: As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações na relação aos valores alocados quando da combinação. Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) - combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: Receitas: Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não realizou combinações de negócios. 4. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado

Table with 3 columns: 2022, 2021, 2021. Rows show Disponibilidades, Aplicações em moeda nacional, Aplicações em moeda estrangeira, Total.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a com-

9. Informação sobre partes relacionadas: Os saldos e transações mantidos pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentados a seguir:

Table with 6 columns: Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo Circulante não circulante, Transações. Rows include CONTROLADORA: Borrachas Vipal Nordeste S.A., Cya Rubber Distribuidora Ltda., Fate Brasil, Marpal Ltda., Paludal Participações S.A., Pessoas físicas, Subsidiárias no exterior, Vipal Indústria de Máq. Ltda., Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda., Vipaltect - Pesquisa e Desenvolvimento. CONSOLIDADO: Marpal Ltda., Alpar Participações Ltda., Cya Rubber Distribuidora Ltda., Fate Brasil, Paludal Participações S.A., Pessoas físicas, Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda., Anglucca Participações S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)												
9. Informação sobre partes relacionadas:												
2021												
		Ativo circulante			Ativo não circulante			Passivo circulante		Passivo não circulante		Transações
		Contas a receber p/ vendas (a)	Dividendos a receber (d)	Crédito c/ partes relacionadas (b)	Contas a receber p/venda de ativo imobilizado (d)	Contas a pagar (a)	Débitos c/ partes relacionadas (c)	Dividendos a pagar (d)	Débitos c/ partes relacionadas (c)	Recitas	Despesas	
CONTROLADORA:												
Borrachas Vival Nordeste S.A.	4.049	23.086	-	-	-	333.060	-	-	-	66.141	(184.058)	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	3.064	-	-	-	-	-	-	-	349.446	9.699	-	-
Marpal Ltda.	-	-	-	-	-	-	100	48.333	-	-	(1.600)	-
Paludo Participações S.A.	-	-	137.811	-	31.901	-	-	-	-	-	(4.200)	-
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	20	-	11.970	-	-	-
Subsidiárias no exterior	217.131	1.910	-	16.125	-	-	-	-	-	327.131	-	-
Vival Indústria de Máquinas Ltda.	-	1.500	600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSOLIDADO:	224.315	26.496	138.411	16.125	31.901	333.060	120	48.333	361.416	402.971	(189.858)	-
Marpal Ltda.	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	(1.600)	-
Alpar Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	2.768	-	-	-	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	3.209	-	-	-	-	-	-	-	-	9.699	-	-
Paludo Participações S.A.	-	-	137.811	-	31.901	-	-	-	-	-	(4.200)	-
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	20	-	11.969	-	-	-
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.384	-	137.811	-	31.901	-	120	51.101	11.969	9.699	(5.800)	-	-

Termos e condições de transações com partes relacionadas: a) *Transações comerciais*: As transações com as partes relacionadas Borrachas Vival Nordeste S.A., Vival Indústria de Máquinas, Vivaltec - Pesquisa e Desenvolvimento, Vicencio Paludo, Filhos, Cia. Ltda., Cya Rubber Distribuidora Ltda. e Fate Brasil referem-se a compras e vendas de mercadorias e serviços efetuados a condições estabelecidas entre as partes. Os saldos com as subsidiárias no exterior referem-se a vendas de produtos efetuadas a condições estabelecidas entre as partes e incluem as seguintes subsidiárias: Marangoni Tread North America Inc, Vival Rubber Corporation, Vival Chile S.A., Cauchos VI-pal, S.A de C.V., Vival Europe GmbH, Vival Europe, S.L., Vival Europe, S.L. - D.o.o., Vival S.A., Vival Colômbia S.A. e Vival Europe Limited. Essas transações são registradas como Contas a receber por vendas e Contas a pagar conforme a sua natureza. b) *Crédito com partes relacionadas*: A controladora Paludo Participações S.A. possuía contratos de mútuos com a Borrachas Vival S.A. no montante de R\$ 114.504 em 31 de dezembro de 2021 com o prazo de 60 meses. Os saldos de mútuos eram sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI. Em adição ao contrato de mútuo, a controladora também mantinha transações de conta corrente no montante de R\$ 23.307 em 31 de dezembro de 2021, as quais não estavam sujeitas a encargos financeiros. Em 1º de junho de 2022, conforme comentado na Nota 19.b, foi firmado entre a Borrachas Vival S.A. e a sua controladora Paludo Participações S.A. o Contrato de Compra e Vendas de Ações pelo qual a Companhia adquiriu 98.520 ações de sua própria titularidade pelo valor total de R\$ 174.193. A transação foi utilizada para quitação dos saldos de mútuo, conta corrente e contas a receber pela venda de ativo imobilizado (nota 9.d) com a sua controladora, Paludo Participações S.A. c) *Débitos com partes relacionadas*: O saldo de débitos com partes relacionadas da controladora Borrachas Vival Nordeste S.A. referente ao contrato de mútuo, com vencimento para julho de 2025 e sujeito a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, foi compensado com a distribuição de dividendos da controladora, conforme descrito na nota explicativa 27. O saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas refere-se ao mútuo com acionista do grupo, com vencimento para julho de 2024. A partir de 2020 a dívida do acionista foi sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 6% a.a. e o inadimplimento está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. d) *Outras operações*: A Companhia possui um contrato de aluguel com partes relacionadas, pessoas físicas referente ao centro administrativo de Porto Alegre no valor de R\$ 200 ao mês. Este contrato atende a norma de arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16 e está registrado no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. O saldo de contas a receber pela venda de ativo imobilizado entre a Companhia e sua controladora Paludo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 se referia à alienação de itens do ativo imobilizado da Companhia. No exercício de 2011 a Companhia vendeu para sua controladora, Paludo Participações S.A., imóveis que não vinham sendo utilizados pela Borrachas Vival S.A. em suas atividades operacionais. O preço de venda foi estabelecido com base em avaliação de mercado realizada por empresa de avaliação independente. O contrato não previa data de vencimento, bem como não há incidência de encargos. Conforme comentado na nota 9.b, esse saldo foi quitado no mês de junho de 2022. O saldo de contas a pagar com a controladora Marpal Ltda. refere-se a um contrato de licença de uso de marca, o qual estabelece uma remuneração mensal de R\$ 50 a título de royalties. O saldo de R\$ 45.499 de dividendos a pagar na controladora e consolidado se refere R\$ 5.582 a dividendos obrigatórios distribuídos no exercício de 2021, e R\$ 39.917 de dividendos obrigatórios do exercício de 2022. O saldo remanescente de R\$ 28.358 de dividendos a pagar, no consolidado, refere-se à parcela da empresa Alpar Participações Ltda. nos dividendos da controladora Borrachas Vival Nordeste S.A. e) *Avalis prestados*: A Companhia prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a composição das garantias prestadas para partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	R\$ 995 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações.
	2022	2021	
Borrachas Vival Nordeste S.A.	162.875	169.105	-
Paludo Participações S.A.	20.702	25.932	-
Total de garantias prestadas	183.577	195.037	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os montantes referentes a remuneração e encargos do pessoal-chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam, respectivamente, R\$ 5.758 e R\$ 1.214 (R\$ 3.645 e R\$ 995 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros	-	2.364
Total	666.998	1.116.247

Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...

	Controladora
--	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de fevereiro de 2022, o Estado de São Paulo concordou com o levantamento dos valores depositados no processo 1004807-57.2018.8.26.0053, em decorrência da solução do mérito do processo 1026271-69.2020.8.26.0053 de forma favorável à Companhia. Em 16 de março de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 13.105 na Controladora (R\$ 25.189 no Consolidado) e atualização monetária de R\$1.660 na Controladora (R\$ 3.191 no Consolidado). Em 22 de abril de 2022 foi proferida a decisão para expedição da guia e levantamento dos valores depositados no processo 1026271-69.2020.8.26.0053, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 5.416 na Controladora (R\$ 10.142 no Consolidado) e atualização monetária de R\$ 270 na Controladora (R\$ 506 no Consolidado). Em 10 de maio de 2022 a Companhia obteve o trânsito em julgado no processo nº 5010986-86.2018.8.13.0024, impetrado pela Borrachas Vipal S.A. e Borrachas Vipal Nordeste S.A. em face de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS localizados no Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 11.569. A Companhia aguardava a possibilidade de levantamento dos depósitos, tendo em vista a controvérsia a respeito da aplicação do art. 166 do CTN (exigência de autorização dos clientes para restituir tributos indiretos). Em 22 de agosto de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 4.769 na Controladora (R\$ 11.569 no Consolidado) e atualização monetária de R\$ 299 na Controladora (R\$ 720 no Consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 24.683 na Controladora e R\$ 43.695 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota.

17. Provisão para litígios: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

Table with 8 columns: Cível, Trabalhista, Tributária, Total, Cível, Trabalhista, Tributária, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Complementos e atualizações, (-) Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Complementos e atualizações, (-) Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Não Circulante.

Em 30 de junho de 2022 a Companhia protocolou requerimento de transação junto a Procuradoria do Estado de São Paulo ("PGE"), em vista das reduções propostas pela Lei nº 17.293, de 15/10/2020, da Resolução PGE nº 27, de 19/11/2020 e da Portaria SUBG CTF nº 20, de 4/12/2020, encaminhando a extinção do débito pela utilização de precatórios alimentares para compensação de ICMS devido ao Estado de São Paulo, de forma parcelada. O processo encontrava-se sobrestado aguardando julgamento do tema 111 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que discutiu a possibilidade, ou não, de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar O requerimento de transação foi deferido pela PGE em novembro de 2022 aderindo a liquidação da dívida em 60 parcelas mensais e corrigidas mensalmente pela taxa SELIC. Os valores apurados conforme o deferimento da transação pela PGE estão constituídos em R\$ 28.153 de principal, registrado na rubrica de outras receitas (despesas) líquidas e atualização monetária de R\$ 22.605, registrada na rubrica de juros passivos nas despesas financeiras. De acordo com o calendário de parcelamento o primeiro pagamento foi realizado pela Companhia em dezembro de 2022 no montante de R\$ 744. Em função do deferimento, a provisão para litígios reconhecida anteriormente relacionada a este tema foi reclassificada para a rubrica de "obrigações fiscais e sociais". O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisões para litígios.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Trabalhista, Tributária, Cível.

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando a revisão de contratos, indenizações por danos materiais e morais, dentre outros. Tributários - A Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como ré em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisões para litígios. Os principais processos se referem a: (i) Em 2022 a Companhia recebeu Despacho Decisório de glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições, direito reconhecido em decisão judicial transitada em julgado, objeto de pedido de habilitação e compensação. O Despacho Decisório limitou a decisão judicial no momento que reconheceu parcialmente o crédito pleiteado, sob o argumento de que somente poderiam ser objeto de ressarcimento os valores indevidamente pagos via DARF ou por meio de compensações já homologadas, não incluindo os valores compensados na escrita fiscal. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto o débito no valor total de R\$ 118.991 sendo R\$ 85.912 de principal, R\$ 17.182 de multa e R\$ 15.896 de juros. Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento. (ii) Glosa de créditos de ICMS referente a operações intercompany originárias de Estado incentivado, processo aguardando julgamento 1ª instância judicial após apresentação de alegações finais. O montante envolvido na demanda é de R\$ 97.213. (iii) Adjudicação de crédito presumido de IPI relacionados ao artigo 11-A da Lei 9.440/1997, processos que aguardam julgamento no CARF no montante de R\$ 182.019. (iv) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS, apurados sobre os exercícios de 2006 a 2010, relativos à aquisição de bens móveis e imóveis relacionados a sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. A Companhia postula a anulação integral do auto de infração objeto do processo administrativo nº 10530.724/2021-20. A União Federal ajuizou a execução fiscal que tramita sob o nº 1033394-2022.4.01.3300. O tema em debate totaliza o valor de R\$ 47.078.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Depreciação, (-) Crédito PIS/COFINS, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Depreciação, (-) Crédito PIS/COFINS, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Pagamentos de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Novos contratos, (+/-) Remensuração de contratos, (-) Juros do contrato, (-) Pagamentos realizados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

22. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Despesas por função, Custo dos prod. vendidos, Despesas com vendas, Despesas adm. e gerais, Outras receitas (despesas), líquidas.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Despesas por natureza, Matéria prima e materiais de uso e consumo, Despesas com pessoal, Fretes, Deprec. e amortização, Amortização de imobiliz. valia de ativos, Depreciação de ativos de direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16), Energia elétrica, Consultoria e assessoria, Bonific. em produtos, Perda de crédito esperadas s/contas a rec. de clientes, Reversão de obrig. (Nota 16), Outras desp. oper. líquidas.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include 23. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram como segue:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include 23. Receitas financeiras: Variação cambial ativa, Juros recebidos de clientes, Rendimentos em aplic. financ., Ajuste de hiperinflação de controladora, Reversão de avais de terceiros, Descontos recebidos, Outras receitas financeiras.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include 24. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está descrita a seguir:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include 24. Imposto sobre o lucro: Resultado antes dos impostos sobre o lucro, IR e contribuição social (34%), Incent. fiscais de controladas, Constituição (não constituição) de prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos, Juros s/ empr. não dedutíveis, Ajuste de inovação tecnológica, Ajuste de preço de transferência, Resultado de equiv. patrimonial, Diferenças de alíquotas IR e CS de controladas, Lucros auferidos no exterior, Outros, IR e contribuição social, Corrente, Diferido, Alíquota efetiva.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include 25. Informações por segmento: Os segmentos são determinados de acordo com o mercado de atuação, a natureza dos produtos vendidos e perfil do cliente atendido. Não há cliente que, individualmente, represente 10% ou mais do total das receitas do Consolidado.

Table with 12 columns: Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Consolidado. Rows include Reforma a Frio, Camelbacks, Compostos p/ 3e4, Duas Rodas, Outros.

Table with 12 columns: Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Consolidado. Rows include Reforma a Frio, Camelbacks, Compostos p/ 3e3, Duas Rodas, Outros.

Table with 12 columns: Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Mercado, Consolidado. Rows include Reforma a Frio, Camelbacks, Compostos p/ 3e3, Duas Rodas, Outros.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro a) Classificação dos instrumentos financeiros:

Table with 4 columns: Valor contábil, Valor justo, 2022, 2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Contas a receber de relacionadas, Créditos com partes relacionadas, Outros créditos (Nota 11), Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Passivo de arrendamento, Débitos com partes relacionadas, Outras contas a pagar.

Na avaliação da administração a valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil, exceto para os empréstimos e financiamentos. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro a) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Aumento de taxa		Redução de taxa		
	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
TILP.....		7,20%	25%	50%	25%	50%
Finop.....	732		(13)	(26)	13	26
Libor 3m.....		4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%
Giro.....	58.516		(693)	(1.387)	693	1.387
CDI.....	13,75%	20,63%	10,31%	6,88%		
GIRO.....	237.221		(8.160)	(16.321)	8.160	16.297
NCE.....	270.797		(9.315)	(18.631)	9.315	18.604
Aplicações Financeiras....	(165.111)		(5.680)	(11.360)	5.680	11.343
IPCA.....		5,79%	7,24%	8,69%	4,34%	2,90%
GIRO.....	8.015		(116)	(232)	116	232

	US\$ mil	
	2022	2021
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	67.225	41.888
B. Passivos líquidos em dólares norte-americanos	(100.747)	(82.397)
C. Déficit apurado (A+B)	(33.522)	(40.509)


RENAN BATISTA PATRÍCIO LIMA - Diretor Presidente **CAIO CASTRO DE MIRANDA** - Diretor de Relações com Investidores **BÁRBARA KLEIN PEREIRA** - Contadora - CRC RS 102095/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Borrachas Vipal S.A.**,
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receitas de vendas:** A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho para reconhecimento da receita de vendas, a qual envolve, entre outros requisitos, a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da diretoria da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da diretoria. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.3 e 21. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas na controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contatos a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Como resultado destes procedimentos, não identificamos

ajustes de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita de vendas. Adicionalmente realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Porto Alegre, 09 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F
AMÉRICO F. FERREIRA NETO
Contador CRC-1-SP 192685/O-9



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

